



Goiás Telecomunicações S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2023

e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Aos
Administradores e Acionistas da
Goiás Telecomunicações S.A (companhia)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Goiás Telecomunicações S.A (“companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações contábeis, que expressa o pressuposto de continuidade operacional da entidade, tendo como premissa o fato de que a Companhia está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. A nota explicativa 1.2 às demonstrações contábeis detalham como a diretoria da Companhia concluiu que há expectativa quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações contábeis com o uso deste pressuposto. Ressalte-se que o Estado de Goiás, enquanto acionista majoritário, vem aportando os recursos necessários a manutenção das atividades operacionais da companhia conforme nota explicativa nº 1.2.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos, caso tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 23 de Fevereiro de 2023.

MAPAH AUDITORES
INDEPENDENTES S/
S.:05974926000100

Assinado de forma digital por
MAPAH
AUDITORES INDEPENDENTES S/
S.:05974926000100
Dados: 2024.03.21 09:19:00 -03'00'

MAPAH Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes
CRC GO 001080/0-0

MANOEL ESTEVAM DE
FARIAS
FILHO

Assinado de forma digital por
MANOEL ESTEVAM DE FARIAS
Dados: 2024.03.21 09:19:17 -03'00'

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador CRC GO-014095/O

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	NE	2023	2022	Passivo	NE	2023	2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	647.207	41.539	Fornecedores	11	2.432	6.197
Clientes	6	22.455	9.080	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	257.066	67.371
Adiantamentos	7	5.082	5.953	Obrigações Tributárias e Fiscais	13	41.046	3.946
Impostos a Recuperar		95	-	Outras Contas a Pagar	14	18.246	13.446
Estoques	8	49.117	-				
		723.957	56.572			318.790	90.960
Ativo não circulante				Patrimônio Líquido	15		
Imobilizado	9	240.484	267.955	Capital Social		9.000.000	9.000.000
Intangível	10	3.262	1.960	Capital a Integralizar		-	(50)
		243.746	269.915	Prejuízos acumulados		(8.351.089)	(8.764.422)
						648.911	235.528
Total do ativo		967.702	326.488	Total do passivo		967.702	326.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Notas	2023	2022
Operações Continuadas			
Receita Líquida	16	765.987	255.888
(-) Custo dos serviços prestados	17	(86.400)	(157.631)
Resultado Bruto		679.587	98.257
(-) Despesas gerais e administrativas	18	(4.755.091)	(2.993.909)
(+) Outras receitas operacionais	19	4.558.969	3.564.711
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		483.465	669.059
(+/-) Receitas e Despesas Financeiras	20	4.068	(150.100)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		487.532	518.958
(-) Imposto de renda e contribuição social		(74.198)	(21.143)
Lucro (Prejuízo) do exercício		413.334	497.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	413.334	497.815
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Resultado Abrangente	<u><u>413.334</u></u>	<u><u>497.815</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Eventos	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	8.999.950	50	(9.262.237)	(262.287)
Lucro do Exercício	-	-	497.815	497.815
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.999.950	50	(8.764.422)	235.528
Integralização Capital	50	(50)	-	-
Lucro do Exercício	-	-	413.334	413.334
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.000.000	0	(8.351.089)	648.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A - GOIÁSTELECOM

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo De Caixa Proveniente Das Operações		
Lucro (Prejuízo) do exercício	413.334	497.815
<i>Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa</i>		
Depreciação e amortização	63.701	87.270
	<u>477.035</u>	<u>585.085</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento / Redução Créditos	(61.716)	(5.984)
Aumento / Redução Obrigações Sociais	189.695	(471.892)
Aumento / Redução Obrigações Fiscais	37.100	(12.507)
Aumento / Redução Contas a Pagar	1.035	(20.494)
	<u>166.115</u>	<u>(510.876)</u>
<i>Recursos Líquidos Gerados/(Utilizado) Nas Atividades Operacionais</i>	<u>643.150</u>	<u>74.209</u>
Fluxo De Caixa Aplicados nas Atividades De Investimentos		
Imobilizado e Intangível	(37.532)	(49.160)
	<u>(37.532)</u>	<u>(49.160)</u>
<i>Recursos Líquidos Aplicados Nas Atividades De Investimento</i>	<u>(37.532)</u>	<u>(49.160)</u>
Fluxo De Caixa Aplicados nas Atividades De Financiamento		
Aumento de Capital Social	50	-
	<u>50</u>	<u>-</u>
<i>Recursos Líquidos Aplicados Nas Atividades De Financiamento</i>	<u>50</u>	<u>-</u>
Aumento / (Redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>605.668</u>	<u>25.049</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	41.539	16.490
(-) Caixa e equivalentes no final do exercício	647.207	41.539
Aumento / (Redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>605.668</u>	<u>25.049</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto Operacional

A GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIÁS TELECOM, é uma sociedade de economia mista de capital autorizado (“Sociedade”), regida pelo presente Estatuto Social, especialmente, pela Lei de criação nº. 16.237 de 18.04.2008, alterada pela Lei nº. 22.003 de 13.06.2023, pelas Leis nº. 13.303 de 30.06.2016 e nº. 6.404 de 15.12.1976, pela legislação específica dos serviços de telecomunicações e demais legislações aplicáveis.

A GOIÁS TELECOM tem por objeto social a atuação em serviços especializados e soluções de Telecomunicações, tele controle, transmissão de dados, automação, tele supervisão, tele vigilância, telemetria, bem como outros serviços digitais e outras tecnologias complementares, fabricação e comercialização de equipamentos e dispositivos eletrônicos, gestão do compartilhamento da infraestrutura, fornecimento de soluções de negócios na matriz de produtos e serviços, atuação na área de soluções em tecnologia da informação, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, realização de atividades e parcerias voltadas para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e soluções de negócios, participação em outros empreendimentos, por meio de recursos captados no mercado, podendo associar-se majoritariamente ou minoritariamente a outras sociedades empresárias, inclusive em regime de joint-venture, mediante prévia autorização da Assembleia Geral, desde que comprovada antecipadamente a viabilidade técnica e econômico-financeira, telecomunicações por satélite, provedores de acesso às redes de comunicações, provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP, outras atividades de telecomunicações, outras competências que lhe forem atribuídas pela legislação federal pertinente, e prestar os serviços descritos nos incisos anteriores, aos órgãos da Administração Direta e Indireta municipal, estadual e federal com o atendimento de suas demandas.

A GOIÁS TELECOM poderá firmar convênios, acordos e contratos, bem como atividades e parcerias voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia, também participar em outros empreendimentos ou captar recursos no mercado, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de empresa e participar do capital de outras empresas cujas atividades sejam relacionadas ao seu objeto social, participar de sociedades de propósito específico para expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto, associar-se majoritariamente ou minoritariamente a outras empresas, inclusive em regime de *joint venture*, mediante prévia comprovação de viabilidade técnica, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, e, no que couber, convencionar contratos de gestão e acordo de acionistas ou cotistas, implantar conjuntamente e compartilhar infraestruturas de suas redes de telecomunicações e de sua infraestrutura de suporte, em busca da uniformização, da simplificação e da celeridade de procedimentos e critérios para a outorga de licenças pelos órgãos competentes, bem como da ampliação da capacidade instalada, do uso racional dos recursos e da modernização tecnológica, nos termos da Lei federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015.

1.2 Continuidade operacional

Classificada como empresa estatal dependente, conforme artigo 2º da Lei Complementar federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber subvenção econômica do Estado de Goiás, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, integrando o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado de Goiás, a partir do exercício de 2021.

A GOIÁS TELECOM – GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A. tem uma arrecadação de receita composta por duas origens, são elas: pública e própria, sendo a primeira através de subvenção econômica carregada diretamente no SIOFI (**SISTEMA DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**), e a segunda por meio de venda direta para o próprio Estado, em contratos firmados com os órgãos públicos.

No ano de 2023, a companhia realizou novas parcerias que resultaram na venda de soluções de monitoramento de tráfego em estradas, identificação de veículos com pendências tributárias e judiciais, entre tantas outras soluções possíveis. A Administração acredita que os resultados das ações acima trarão para a Companhia as melhorias necessárias para equilíbrio financeiro com melhora dos resultados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIÁS TELECOM, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as demonstrações contábeis individuais foram preparadas em observância à Lei das Sociedades por Ações (“Lei das SAs”), considerando as alterações introduzidas por meio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras foram preparadas em Real, que é a moeda funcional da companhia.

2.4 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis se faz necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua.

Não se faz necessário o uso de estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações.

2.5 Autorização de emissão das demonstrações contábeis e eventos subsequentes

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2023, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2024.

3. Resumo das principais políticas contábeis.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida “pro rata die” com base na taxa de juros efetiva do mês referente ao lançamento.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

As contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” incluem a conta caixa, contas bancárias e contas de investimentos de curto prazo com liquidez imediata com vencimento original de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas de fato, pelo acréscimo de juros auferidos no mês.

d) Clientes

As contas a receber de Clientes compreendem os valores a receber em exercício subsequente, provenientes da prestação de serviços e reconhecidos pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

e) Adiantamentos

Compreendem os valores pagos antecipadamente e que terão suas despesas reconhecidas no próximo exercício, conforme princípio da competência.

f) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são apresentados pelo valor da realização, conforme detalhados nas demonstrações contábeis apresentadas.

g) Imobilizado

A Companhia registra o imobilizado ao custo de aquisição ou formação, subsequentemente deduzida da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil. As taxas de depreciação praticadas estão apresentadas na nota explicativa nº .

h) Provisões

(h.i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

(h.ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido.

Uma responsabilidade que é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

j) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos

futuros. Um passivo é reconhecido no balanço da Companhia quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(k)Tributação**(k.i) Tributos sobre receitas**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%.

(k.ii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

4. Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2023, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como disponibilidades “saldo em caixa”, depósitos em banco e aplicações financeiras de liquidez imediatas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	3	3
Caixa Econômica Federal	647.204	41.536
Total	<u>647.207</u>	<u>41.539</u>

O valor disponível na Caixa Econômica Federal de R\$ 647.207 (seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e sete reais), refere-se a sobra de valor aportado pelo acionista controlador Estado de Goiás, correspondente a 0,64% referente a subvenção Governamental e valores recebidos de clientes pela prestação de serviços que correspondem a 99,36% do total disponível.

6. Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a Receber (i)	22.455	9.080
Total	<u>22.455</u>	<u>9.080</u>

- (i) Refere-se a valores de clientes faturados em dezembro, cujo recebimento ocorrerá em eventos subsequentes.

7. Adiantamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Créditos de Funcionários (i)	5.012	4.553
Adiantamento a Fornecedores (ii)	70	1400
Total	<u>5.082</u>	<u>5.953</u>

- (i) Créditos de Funcionários referem-se ao adiantamento para férias, conforme Art. 145 da CLT.
- (ii) Adiantamento a fornecedores são valores pagos antecipadamente e eventualmente para execução de determinados serviços, tais como, exames periódicos de medicina do trabalho, e que terão suas despesas reconhecidas em exercício subsequente.

8. Estoques

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Estoques (i)	49.117	-
Total	<u>49.117</u>	<u>-</u>

- (i) Referem-se a aquisição de materiais para execução dos serviços, tais como, cabos de fibra óptica, fios, caixas de emenda, DIO e materiais adquiridos para uso e consumo da companhia, tais como materiais de limpeza e materiais para copa e cozinha.

9. Imobilizado	Descrição	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Aparelhos Telefônicos	Total do Ativo Imobilizado
Custo:						
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.465	409.785	6.598	417.848
	Adições 2022	49.160	-	-	-	49.160
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.160	1.465	409.785	6.598	467.008
	Adições 2023	15.469	-	19.925	-	35.394
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.629	1.465	429.710	6.598	502.402
Depreciação:						
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(267)	(111.414)	(581)	(112.262)
	Adições 2022	(3.328)	(147)	(82.656)	(660)	(86.790)
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.328)	(414)	(194.070)	(1.241)	(199.052)
	Adições 2023	(5.611)	(147)	(56.449)	(660)	(62.865)
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8.938)	(560)	(250.518)	(1.901)	(261.918)
Imobilizado líquido:						
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.691	905	179.191	4.697	240.484
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.832	1.051	215.715	5.357	267.955
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.198	298.371	6.017	305.586
Taxas de depreciação anual:						
	2023	10%	10%	20%	10%	
	2022	10%	10%	20%	10%	
	2021	-	10%	20%	10%	

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Ao final de cada exercício, a administração avalia se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não identificou circunstâncias que indiquem desvalorização dos seus ativos

10. Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores Diversos	2.432	6.197
Total	<u>2.432</u>	<u>6.197</u>

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de Férias	190.702	49.183
Provisão de INSS s/Férias	51.108	13.673
Provisão de FGTS s/Férias	15.256	3.935
Fundo Previdenciário	-	580
Total	<u>257.066</u>	<u>67.371</u>

O aumento nas rubricas Provisão de Férias e encargos referem-se a contratação de colaboradores para atendimento da nova estruturação da Companhia, e que estão em período aquisitivo no exercício.

12. Obrigações Tributárias e Fiscais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ a Pagar	12.863	2.363
CSLL a Pagar	14.452	1.418
PIS a Recolher	2.423	7
COFINS a Recolher	11.182	33
ISSQN Retido	126	125
Total	<u>41.046</u>	<u>3.946</u>

As rubricas referem – se aos impostos incidentes sobre as vendas de serviços, cujas notas fiscais foram emitidas em dezembro de 2023. Os respectivos pagamentos ocorrerão em eventos subsequentes.

13. Outras Contas a Pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Publicações a Pagar (i)	13.446	13.446
Adiantamento de Clientes	<u>4.800</u>	<u>-</u>
Total	<u>18.246</u>	<u>13.446</u>

- (i) O valor se refere as publicações efetuadas em exercícios anteriores. O montante não foi quitado no exercício de 2023 por saldo insuficiente na classificação no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - SIOFINET. Esse valor será feito um encontro de contas com o serviços prestados pela Goias Telecom á TBC.

14. Provisão e passivos contingentes

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

De acordo com assessoria jurídica, a Cia não é parte em quaisquer processos judiciais, seja no polo ativo ou passivo, onde foram mitigados todos os riscos em relação a uma possível ação judicial. Vale ainda ressaltar que não houve ingresso até a presente data, de qualquer reclamação judicial, como verificado nas certidões emitidas em todas as esferas.

15. Patrimônio Líquido

No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos e resultado de exercícios futuros representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios. De acordo com a Lei 6.404/76, o Patrimônio Líquido é dividido em:

15.1 Capital Social

O valor do capital social subscrito e integralizado pelo controlador “Estado de Goiás” é no valor de R\$ 9.000.000 (nove milhões de reais).

15.2 Lucros ou prejuízos acumulados

São resultados obtidos e retidos sem finalidade específica (quando lucros), ou à espera de absorção futura (quando prejuízos). Assim a Companhia possui prejuízos acumulados no valor de R\$ 8.351.089 (oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil e oitenta e nove reais), e o lucro no exercício de 2023 de R\$ 413.334 (quatrocentos e treze mil, trezentos e trinta e quatro reais).

16. Receita Líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de Contrato de Clientes	827.274	275.295
(-) PIS e COFINS	(30.195)	(10.048)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(31.091)</u>	<u>(9.359)</u>
Total de Receita Líquida	<u>765.987</u>	<u>255.888</u>

O valor de R\$ 827.274 (oitocentos e vinte sete mil, duzentos e setenta e quatro reais) refere-se a venda de serviços de link de acesso a internet.

17. Custo dos Serviços Prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Material aplicado	(61.616)	(148.154)
Serviços de terceiros	<u>(24.783)</u>	<u>(9.477)</u>
Total	<u>(86.400)</u>	<u>(157.631)</u>

18. Despesas Gerais e Administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com Pessoal e Encargos		
Despesas com pessoal (i)	(3.187.089)	(1.960.114)
Encargos sobre a folha de pagamento (i)	<u>(851.586)</u>	<u>(537.768)</u>
	(4.038.675)	(2.497.882)
Despesas administrativas		
Despesas com água, energia, telefone, internet	(42.072)	(42.371)
Serviços de auditoria	(8.800)	(25.160)
Aluguel e Condomínio (ii)	(128.641)	(150.092)
Depreciações e amortizações	(63.702)	(87.270)
Serviços de Terceiros (iii)	(139.491)	(69.580)
Propaganda, publicidade e publicações obrigatórias	(5.400)	(33.045)
Aluguel de veículos (iv)	(119.019)	(17.836)
Despesas gerais (v)	<u>(209.291)</u>	<u>(70.673)</u>
Total	<u>(716.416)</u>	<u>(496.027)</u>
	(4.755.091)	(2.993.909)
Total Geral	<u>(4.755.091)</u>	<u>(2.993.909)</u>

- (i) O aumento de 61,68% nas rubricas de despesa com pessoal e encargos correspondem aos pagamentos de ordenados e salários, férias, 13º salários e rescisões contratuais. No exercício de 2023, a Companhia efetuou contratações de colaboradores para atendimento a nova estruturação da mesma.

- (ii) A rubrica refere-se ao pagamento de aluguel e condomínio no exercício. Não houve reajuste dos valores no período.
- (iii) São despesas com serviços de terceiros: manutenção de website, locação de impressoras e insumos, mensalidade de website, serviços de transporte e instalação de equipamentos, mensalidade de software, gastos com reparos e reforma na nova sede da Goiás Telecom.
- (iv) Aluguel de veículos correspondem aos veículos utilizados para transporte da equipe técnica na prestação de serviços e atendimento aos clientes.
- (v) Outras despesas são compostas pelas despesas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos durante o exercício, nas quais destacamos: combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos, materiais de escritório, materiais para uso e consumo, materiais para reparos e manutenções, bens de pequeno valor, taxas e emolumentos, equipamentos de segurança.

19. Outras Receitas Operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subvenção governamental (i)	4.558.969	3.564.711
Total	<u>4.558.969</u>	<u>3.564.711</u>

- (i) O valor aportado no exercício pelo acionista controlador Governo do Estado de Goiás, no valor de R\$ 4.558.969 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais) refere-se à subvenção concedida a Companhia, em troca de prestação de serviços de disponibilização de links para outros Órgãos da administração.

20. Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros Ativos	4.791	-
Descontos Obtidos	4	-
Despesas Bancárias	-	(17)
Juros e Multas (i)	(727)	(150.082)
Descontos Concedidos	-	(1)
Total	<u>4.068</u>	<u>(150.100)</u>

21. Remuneração dos conselheiros e diretoria

Os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal têm suas remunerações

determinadas em Assembleia Geral Ordinária, dentro dos limites do Estatuto Social e legislação pertinente.

22. Outras Informações

A Companhia está em contato permanente com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, órgão regulador de suas atividades principais, como vistas a manter em ordem e regulada suas atividades para a exploração e execução dos Serviços de Comunicação e Multimídia, por prazo indeterminado.

23. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa, advindo da subvenção econômica e receitas operacionais, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Goiânia – GO, 31 de dezembro de 2023

Hipólito Prado dos Santos
Presidente

Wanderlene N. Barros Drumond
CRC/GO 20059-O